

O Globo

29-3-89 O PAÍS • 5

Líderes vão aperfeiçoar emenda de Lucena

BRASÍLIA — As propostas de aperfeiçoamento da emenda presidencialista do Senador Humberto Lucena (PMDB-PB) serão analisadas hoje pelos Líderes partidários, no gabinete do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. O Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e o Relator Adjunto José Fogaça (PMDB-RS) sustentam que a emenda tem várias falhas técnicas, além de produzir grave incompatibilidade entre os Capítulos dos Poderes Legislativo e Executivo. Mas o Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) afirma que estas críticas resultam da dificuldade dos parlamentaristas em aceitarem a derrota em plenário, e desafia os Relatores a apresentarem as falhas da emenda.

— Isto não é sério. Se eles tem dificuldade de assimilar a idéia presidencialista, abandonem suas funções e serão convocados outros para produzir o texto final — desabafou Vivaldo Barbosa.

Na reunião de hoje, o principal tema de debate será a moção de censura. O texto aprovado prevê a moção individual, aprovada por dois terços da Câmara dos Deputados, mas há destaques que possibilitam a redução do quorum para maioria absoluta (metade mais um) e a transformação em moção coletiva (cai todo o Ministério). Ulysses Guimarães e Bernardo Cabral defendem simplesmente a eliminação deste dispositivo, que é próprio do sistema parlamentarista.

O Presidente da Constituinte também tentará criar a figura do Primeiro-Ministro auxiliar, que seria o responsável pela unidade da ação governamental e o coordenador da ação dos Ministérios. Os autores da emenda presidencialista temem que Ulysses tenha feito um acordo com o Palácio do Planalto para aprovar destaques da emenda Manoel Moreira, para criar o Primeiro-Ministro e instalar um sistema híbrido. Mas as principais lideranças parlamentaristas e presidencialistas adiantam que não aceitam esta proposta.

Para corrigir os "defeitos insanáveis" do texto, Fogaça propõe a formação de uma Comissão Revisora, integrada pelo Relator e mais seis membros designados pelo Presidente da Constituinte. A Comissão terá que apresentar, em 72 horas, um texto apropriado para o sistema presidencialista. Para ser criada esta Comissão, através de um Projeto de Resolução, será necessário o apoio da maioria absoluta do plenário (280 votos).